



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

Registro: 2012.0000530202

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0044246-17.2006.8.26.0602, da Comarca de Sorocaba, em que é apelante CRISTIANE RENATA DOS SANTOS, é apelado GILMAR MISSEL (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso, com observação. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ADILSON DE ARAUJO (Presidente) e ARMANDO TOLEDO.

São Paulo, 9 de outubro de 2012.

ANTONIO RIGOLIN
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

APELAÇÃO Nº 0044246-17.2006.8.26.0602

Comarca: SOROCABA – 2ª. Vara Cível

Juiz: Ana Maria Alonso Baldy

Apelante: Cristiane Renata dos Santos

Apelado: Gilmar Missel

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULOS. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR NÃO TER SIDO ADMITIDA A PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL. INOCORRÊNCIA. *Tiveram as partes a oportunidade de produzir as provas que pretendiam, não se justificando o complemento pretendido pela apelante, até porque desnecessária a providência diante dos elementos contidos nos autos.*

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE VÍCIO POR JULGAMENTO “ULTRA PETITA”. DESACOLHIMENTO. RECURSO IMPROVIDO. *O dispositivo da sentença constituiu exata apreciação dos pedidos formulados na petição inicial e no exato contexto da causa de pedir, não existindo vício processual a reconhecer.*

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. MOTORISTA QUE ABRE A PORTA DO VEÍCULO SEM A DEVIDA CAUTELA E ACABA POR INTERCEPTAR A TRAJETÓRIA DA BICICLETA QUE POR ALI TRANSITAVA. CULPA DA RÉ SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA, A JUSTIFICAR A SUA RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DOS DANOS. PROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. *A inobservância dos cuidados mínimos e indispensáveis exigidos do motorista que deixa de verificar o momento oportuno e adequado para abrir a porta do veículo, vindo interceptar a trajetória da bicicleta que por ali transitava, traduz manifesto desrespeito a elementar regra de trânsito estabelecida pelo artigo 49 do CTB, configurando conduta culposa daquele que a pratica, justificando-se, assim, a responsabilidade pela indenização.*

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULOS. DANO MORAL. LESÕES QUE DETERMINARAM SITUAÇÃO DE DOR E SOFRIMENTO. VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE SE REPUTA RAZOÁVEL. PREVALECIMENTO. RECURSO IMPROVIDO. *Como decorrência do*

acidente, o autor sofreu dano moral, relacionado às lesões corporais (fratura da clavícula esquerda), afora o sofrimento relacionado ao próprio evento. Tratando-se de ferimentos considerados de natureza grave, reputa-se adequada a fixação da indenização em R\$ 10.000,00, que tem em conta inclusive as condições das partes. Daí o improvimento do apelo que busca a sua redução.

**RESPONSABILIDADE CIVIL
EXTRACONTRATUAL. INDENIZAÇÃO POR DANO
MORAL. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A
PARTIR DO EVENTO DANOSO.
RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. OBSERVAÇÃO
EFETUADA.** *Tratando-se de obrigação de reparar os danos decorrentes de ilícito extracontratual, os juros de mora devem ser computados a partir do evento (Súmula 54 do superior Tribunal de Justiça), observando-se que tal determinação se faz de ofício, por incidência do artigo 293 do mesmo estatuto.*

Voto nº 25.955

Visto.

1. Trata-se de ação de reparação de danos decorrentes de acidente de veículos proposta por GILMAR MISSEL em face de CRISTIANE RENATA DOS SANTOS.

A r. sentença, cujo relatório se adota, julgou parcialmente procedente o pedido para, assim, condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 10.000,00, a título de indenização por danos morais, corrigida desde a data da prolação e acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar do trânsito em julgado,

repartindo entre os litigantes a responsabilidade pelas verbas de sucumbência, com a ressalva da inexigibilidade decorrente da gratuidade judicial concedida ao autor, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

A seguir, foram acolhidos os embargos de declaração opostos pela ré, para a finalidade de desacolher o pedido de conversão do julgamento em diligência (fl. 265).

Inconformada, apela a ré pretendendo seja reconhecida a nulidade da sentença, sob a alegação da ocorrência de cerceamento de defesa, uma vez que o indeferimento de seu pedido de conversão do julgamento em diligência a impossibilitou de demonstrar que o autor sofria de *moléstia preexistente*, resultante de acidente de trabalho e não de trânsito. Além disso, aponta a ocorrência de julgamento “*ultra petita*”. Quanto ao mais, alega que não deu causa ao acidente, pois, conforme suficientemente demonstrado nos autos, a colisão só ocorreu por culpa exclusiva do autor, que conduzia a bicicleta em velocidade *acima do normal* e sem os equipamentos de segurança obrigatórios, tais como, buzina e farol, fatos que caracterizam, ao menos, a situação de culpa concorrente. Afirma, ainda, que não há demonstração de efetiva ocorrência de dano moral e, por fim, pede a redução do *quantum* fixado a esse título.

Recurso tempestivo e bem processado, oportunamente preparado e respondido.

É o relatório.

2. De plano, impõe-se afastar a alegação de cerceamento de defesa, pois ocorreu o esgotamento da atividade probatória e não havia qualquer justificativa para determinar qualquer complemento, diante do contexto da matéria discutida.

É certo dizer que existe a possibilidade de ser determinada a produção de prova para possibilitar que o julgador alcance a convicção a respeito da matéria de fato (artigo 130 do CPC), mas isso não se justifica na hipótese em exame, pois desnecessária a providência diante dos elementos contidos nos autos. Ademais, a narrativa se encontra em perfeita sintonia com os elementos probatórios apresentados, de modo a não gerar qualquer possibilidade de dúvida.

Quanto à alegação de julgamento *“ultra petita”*, de igual modo, nota-se a absoluta falta de fundamento da assertiva. Houve a enunciação da ocorrência de dano moral em decorrência do acidente e a específica formulação de pedido de reparação, e a sentença apreciou a lide nos seus exatos termos, bastando uma simples leitura do dispositivo e do pedido constante do item *“III-2”* da petição inicial (fl. 8), valendo observar que o pleito dessa reparação, na verdade, tem conteúdo genérico, pouco importando a indicação de valor apresentada pela parte a título de argumentação.

Superados esses pontos, impõe-se analisar a matéria de fundo.

Segundo o relato da inicial, em 18 de março de 2008, o autor se dirigia ao seu local de trabalho (hipermercado Carrefour), conduzindo a sua bicicleta pela Avenida Barão de Tatuí, em

Sorocaba, quando, na altura do número 1010, a condutora do veículo Siena - que se encontrava estacionado ao meio fio -, inesperadamente abriu a porta, interceptando a sua trajetória e provocando a colisão. Com o embate foi lançado ao solo, provocando-lhe lesão corporal grave, daí o pleito de indenização por danos de ordem moral.

A ré, por sua vez, sustenta *que fez ligeiro movimento de abertura* da porta do veículo, quando foi atingida pela bicicleta do autor que vinha em alta velocidade pela avenida, assinalando a falta dos equipamentos de segurança obrigatórios, em desobediência à norma do artigo 105, VI, do CTB.

A prova produzida nos autos consistiu nos Boletim de Ocorrência Policial (fls.13/14), no “*Laudo de Lesão Corporal*” (fls. 15/17) e no laudo da perícia médica realizada no autor, emitido pelo IMESC (fls. 171/173), nos documentos e fotografias apresentados pelas partes (fls. 18/33 e 65/79), e nos depoimentos das testemunhas arroladas pela ré (fls. 203/204 e 233). Os elementos apresentados são suficientes para a formação da convicção.

O Boletim de Ocorrência Policial apenas registrou o relato da autoridade policial com base nas informações prestadas pelas partes. Dele consta que o veículo conduzido pela ré se encontrava estacionado no local e ao abrir a porta lateral esquerda para desembarcar, ocorreu a colisão com a bicicleta.

As testemunhas Arnóbio Silva de Matos e André Milton de Oliveira, afirmaram que viram o autor caído ao chão e o veículo da ré estacionado ao meio fio com a porta aberta (fls. 204 e 233).

É o que basta para o convencimento de que, efetivamente, o acidente ocorreu no momento em que a ré abria a porta de seu veículo para descer, fato, aliás, por ela confirmado.

Ora, cabe ao motorista atentar para as condições do tráfego e normas de trânsito, sendo sua a obrigação de verificar o momento oportuno e adequado para abrir a porta do veículo, jamais o fazendo de modo a interceptar a trajetória daqueles que trafegam pela via. É o que estabelece a norma do artigo 49 do Código de Trânsito Brasileiro¹.

Nesse sentido já se pronunciou esta Corte:

“ACIDENTE DE VEÍCULO – REPARAÇÃO DE DANOS – Abertura de porta sem cautela – Colisão com motocicleta – Presunção de culpa – Prova em contrário – Não ocorrência – Danos morais – Devidos - Observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade – Recurso provido”².

“RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE VEÍCULOS – MOTORISTA QUE, INADVERTIDAMENTE, SEM OBSERVAR AS CAUTELAS NECESSÁRIAS, ABRE A PORTA DIANTEIRA ESQUERDA EM PLENA VIA PÚBLICA, APÓS ESTACIONAR O VEÍCULO JUNTO AO MEIO-FIO, DANDO CAUSA À COLISÃO COM OUTRO AUTOMÓVEL (EXEGESE DO ARTIGO 49 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) – IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO – RECURSO IMPROVIDO)”³.

1 - Art. 49. O condutor e os passageiros não deverão abrir a porta do veículo, deixá-la aberta ou descer do veículo sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para eles e para outros usuários da via.

2 - TJSP – Apelação c/ Revisão nº 992.08.033254-3 - 35ª Câmara – Rel. Des. MELO BUENO – J. 16.8.2010.

3 - TJSP – Apelação s/ Revisão nº 9104086-54.2009.8.26.0000 - 29ª Câmara – Rel. Des. FRANCISCO THOMAZ – J. 8.6.2011.

“ACIDENTE DE VEÍCULO – VEÍCULO ESTACIONADO – COLISÃO – PORTA ABERTA – FALTA DE CAUTELA E ATENÇÃO DO CONDUTOR QUE ESTACIONA O VEÍCULO E DEIXA A PORTA ABERTA – CULPA CONFIGURADA – VIOLAÇÃO DO ART. 49 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – DANOS MATERIAIS COMPROVADOS – INDENIZAÇÃO DEVIDA – AÇÃO JULGADA PROCEDENTE – PEDIDO CONTRAPOSTO FORMULADO NA DEFESA JULGADO IMPROCEDENTE – LIDE SECUNDÁRIA ACOLHIDA. - Recurso do autor provido, com prejuízo do recurso adesivo”⁴.

Na hipótese, apresenta-se totalmente irrelevante a velocidade desenvolvida pelo autor, até porque, tratando-se de uma bicicleta, não seria crível que fosse excessiva. Também não tem relevância o fato de o ciclista estar sem capacete e a bicicleta desequipada dos mencionados itens obrigatórios de segurança (farol e buzina), pois esses aspectos não se inserem na relação de causalidade. Cabia à ré obedecer às normas de trânsito, de modo a agir adequadamente sem provocar situação de perigo. Se não houvesse a conduta inoportuna, de abertura da porta do veículo sem a devida observância e cautela, nada teria acontecido.

Resta isolada, pois, a negativa apresentada pela demandada, ante a plena constatação da relação de causalidade e da culpa, que é exclusiva da ré.

Diante desse convencimento, não há como deixar de reconhecer a responsabilidade da demandada pela reparação dos danos experimentados pelo autor, restando analisar as questões relacionadas ao seu alcance.

4 - TJSP – Apelação s/ Revisão nº 9212407-86.2009.8.26.0000 - 36ª Câmara – Rel. Des. EDGARD ROSA – J. 6.10.2011.

O laudo de lesão corporal realizado alguns meses após a ocorrência do acidente, concluiu que o autor *sofreu lesões de natureza grave* (fl. 15).

O perito médico do IMESC relatou que o autor apresenta fratura de clavícula esquerda, síndrome do impacto, status pós-cirúrgico e lesões decorrentes de traumatismo. Esclareceu que a *“fratura é a perda da continuidade óssea em dois ou mais fragmentos, geralmente decorrentes de acidentes. Pode ser causada por acidentes de trânsito como o descrito na inicial”* (fl. 173).

Depreende-se, ainda, que em decorrência do acidente o autor foi afastado de suas atividades laborais, consoante documento apresentado a fls. 18/19, que aponta a *queda de bicicleta* como descrição da situação geradora do acidente (item 42). Não há razão para cogitar da existência de concausa, havendo fundamentos seguros para o convencimento de que as lesões apresentadas pelo autor decorrem diretamente do evento objeto dos autos.

Embora não se trate de situação que justifique a afirmação de incapacidade, tais lesões causaram inquestionável situação de sofrimento, pois, não se pode deixar de considerar que o autor sofreu ofensa à sua integridade corporal que lhe causou angústia em virtude dos tratamentos realizados, além do sofrimento relacionado ao próprio evento, fatos que tornam inegável o reconhecimento da existência de dano moral.

Na respectiva fixação, recomenda a doutrina, que o juiz atente para as condições das partes, de modo a possibilitar, de

forma equilibrada, uma compensação razoável pelo sofrimento havido e, ao mesmo tempo, traduzir uma sanção ao ofensor, tendo em vista especialmente o grau de culpa, de modo a influenciá-lo a não mais repetir o comportamento. Observa Carlos Roberto Gonçalves que *“em geral, mede-se a indenização pela extensão do dano e não pelo grau da culpa. No caso do dano moral, entretanto, o grau da culpa também é levado em consideração, justamente com a gravidade, extensão e repercussão da ofensa, bem como a intensidade do sofrimento acarretado à vítima”*⁵.

E por outro lado, segundo a lição de Carlos Alberto Bittar, *“a indenização por danos morais deve traduzir-se em montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que se não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo advindo. Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses em conflito, refletindo-se, de modo expressivo, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido. Deve, pois, ser quantia economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante”*⁶.

Assim, considerando as circunstâncias do caso, não há como deixar de reconhecer que o valor de R\$ 10.000,00, a título de reparação pelos danos morais, guarda plena razoabilidade e se mostra perfeitamente adequado a atender ao objetivo da reparação, que é, essencialmente, compensar os dissabores experimentados pela ofendida e, ao mesmo tempo, servir de punição à conduta do ofensor, para evitar a reiteração.

5 - "Responsabilidade civil", nº 94.5, pág. 414, 6ª ed., Saraiva.

6 - "Reparação civil por danos morais", pág. 220, 2ª ed., RT.

Portanto, o valor fixado não comporta qualquer alteração, não havendo razão para levar a discussão ao campo da capacidade econômica da demandada, diante da razoabilidade adotada.

Quanto aos juros de mora, verifica-se que a sentença determinou sua incidência a partir da data do trânsito em julgado. Entretanto, em virtude do que dispõe o artigo 398 do Código Civil, o termo inicial é exatamente a data do fato. Não encontra sentido a referência à qualquer outra data, ante a existência de norma especial.

Nesse sentido, o teor da Súmula 54 do C. Superior Tribunal de Justiça:

“Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual”.

Ora, tratando-se de verba cuja incidência independe de pedido (art. 293 do CPC), impõe-se, de ofício, realizar a correção respectiva, como forma de dar cumprimento a esse dispositivo⁷.

Enfim, deve prevalecer a solução adotada pela r. sentença, não comportando acolhimento o inconformismo. Porém, apenas um reparo comporta, no tocante ao termo inicial dos juros de mora, que deve ser a data do evento, e para essa finalidade impõe-se, de ofício, retificar o dispositivo da sentença.

7 - Nesse sentido a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp 1086197 / SP; AgRg no REsp 1238741 / SC; EDcl nos EDcl no REsp 998935 / DF.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

3. Ante o exposto, e com essa observação, nego provimento ao recurso.

ANTONIO RIGOLIN
Relator